

GT (01) – (Desenvolvimento Rural: uma década da política pública de desenvolvimento territorial)

Caracterização socioeconômica e proposição de ações para o Território Alto Rio Pardo - MG

Luciene Pires Teixeira¹
Evie dos Santos de Sousa²

¹ Economista, DSc em Economia Aplicada/Pesquisadora/Embrapa Cerrados, luciene.teixeira@embrapa.br

² Eng.^a Agrônoma, MSc em Fitotecnia/Analista/Embrapa Cerrados, evie.sousa@embrapa.br

Resumo: O estudo faz um diagnóstico socioeconômico do Território Alto Rio Pardo–MG para distinguir a estrutura produtiva local e seus principais condicionantes, com ênfase nas atividades agropecuárias, que pode servir como elemento analítico complementar para o planejamento de intervenções públicas e privadas na região. À luz de dados secundários e primários, identificou-se que prevalece no Território uma agropecuária de subsistência e de baixa produtividade, resultando em pouco excedente de produção e fracas transações comerciais. O sistema de produção e as práticas de manejo predominantes são ineficientes, com baixo grau de utilização de insumos agropecuários, uso incipiente da irrigação, baixa densidade técnica da produção e pouca capitalização dos produtores rurais. A pecuária predominante é extensiva e as culturas mais dinâmicas são a cana de açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz e café, com evidente direcionamento para o autoconsumo e o mercado local. Ressalta-se a baixa coesão territorial dos municípios e a necessidade de ampliação da política de crédito rural direcionada para os produtores de base familiar, com vistas à modernização da agropecuária e agregação de valor aos produtos finais. Os recursos efetivamente investidos no Território são pífios, considerando-se o seu atraso técnico e o baixo nível de integração econômica regional.

Palavras-chaves: agricultura familiar; sistema de produção; desenvolvimento local.

1. INTRODUÇÃO

O Território Alto Rio Pardo (TARP) está inserido no Norte de Minas, que é a região mineira mais atrasada, com agrupamento de municípios sem coesão territorial em termos de integração e complementariedade de sua base produtiva. O resultado é um quadro regional de pobreza, fragmentação dos setores e dos agentes produtivos e de baixo dinamismo econômico (AMARAL et al., 2010). Segundo Cardoso (1996), esta é uma região peculiar no estado: é a maior em área territorial e a que possui um processo de desenvolvimento mais atrasado e periférico frente às demais regiões. A economia local é pouco dinâmica, com forte predomínio do setor terciário. As atividades industriais são de pouca relevância, com participação de apenas 3% no valor da transformação industrial do estado de Minas Gerais.

Segundo Relatório do MDA (2006), o Território Alto Rio Pardo foi homologado ao final de 2004, constituído por 15 municípios que ainda não assimilaram claramente a importância política da composição do Território, embora exista interesse

comum em fomentar o potencial do desenvolvimento regional sustentável. Os quinze municípios têm forte perfil rural, sendo Taiobeiras a cidade polo do Território.

A finalidade deste estudo é realizar um diagnóstico econômico e social do Território Alto Rio Pardo – MG com o intuito de propor ações para melhorar o desempenho da agropecuária local. Espera-se que seus resultados possam somar-se a outros documentos já produzidos sobre o Território e servir para compor ações de intervenções pública e (ou) privada em futuros programas para a região.

O estudo está estruturado em quatro partes, incluindo esta introdução. A segunda seção discute a metodologia e apresenta a fonte de dados que embasam os resultados. A terceira seção apresenta os resultados apurados no tocante à análise da estrutura fundiária e utilização de terras na produção agropecuária; à densidade técnica e utilização de insumos e práticas agropecuárias; caracterização da dinâmica populacional e da economia local no período recente. E, com base neles, traça algumas ponderações gerais que podem servir de referência para estudos similares, bem como propõe algumas ações para a formulação de políticas de fomento à agropecuária local. E, finalmente, a quarta seção apresenta as conclusões do estudo.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O estudo tem como foco os quinze municípios mineiros que compõem o Território Alto Rio Pardo. A opção de trabalhar com o município como unidade de observação justifica-se pela facilidade de obtenção das informações econômico-sociais e ambientais desagregadas a esta escala. Além disso, a literatura sobre desenvolvimento regional também encoraja o uso desta unidade de análise, citando como exemplo Gasquez e Villa Verde (1990) e Monteiro (1997) que ressaltam a importância do uso de dados municipais nos estudos econômicos regionais, devido à pouca capacidade de índices muito agregados poderem expressar com fidedignidade a realidade local.

O diagnóstico socioeconômico foi feito com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como resultou também do levantamento documental e da análise de dados primários coletados junto aos agentes econômicos locais, instituições privadas, entidades governamentais e não governamentais da região.

Foi utilizada a metodologia analítico-descritiva, dada a vantagem de se ter disponíveis dados estatísticos secundários sobre os municípios componentes do Território. Esta metodologia permite detalhar e aprofundar a análise dos múltiplos aspectos que envolvem o atual estado de desenvolvimento econômico e social do Território, trazendo como contribuição a apresentação de um diagnóstico consolidado sobre a evolução da estrutura produtiva local e das condições sociais na última década. A partir de tal resultado pode-se identificar cursos de ações alternativos para a proposição de políticas públicas locais. Além da base de dados secundários, a pesquisa também foi acrescida de informações primárias coletadas por meio de visitas exploratórias e da aplicação de questionários estruturados a algumas comunidades locais dos municípios mais representativos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 - Análise da estrutura fundiária, utilização de terras e densidade técnica na produção agropecuária

Em grande medida, o baixo nível de desenvolvimento rural alcançado pelo TARP está relacionado ao seu isolamento econômico e político que persiste até hoje e aos contornos históricos que determinaram a adoção de processos produtivos menos eficientes, além do nível de fracionamento da terra e à preeminência da

agricultura de base familiar, fato que pode ser confirmado pela observação dos dados relativos à estrutura fundiária, disponibilizados pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2009). As características do produtor e dos estabelecimentos agropecuários, bem como as informações sobre as atividades neles desenvolvidas, ajudam a melhor captar as transformações estruturais ocorridas neste segmento econômico ao longo da última década.

Apesar das atividades agropecuárias estarem espacialmente distribuídas em todo Território, a maior concentração dos estabelecimentos, tanto em número quanto em área, ocorre em apenas seis municípios componentes: Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Salinas, Rubelita, Taiobeiras e Indaiabira, conforme dados da Tabela 1. Estes poucos municípios perfazem mais de 66% das unidades de produção e da área ocupada com a produção do setor agropecuário. Embora posicionado em 3º lugar na ocupação de área, Rio Pardo de Minas é o município com o maior número de estabelecimentos (3.195 unidades, representando 18% do total do TARP), sendo que 54% das unidades de produção eram direcionadas, em 2006, para a lavoura temporária e 37% para a pecuária e criação de outros animais. O município de Salinas é que detém a primeira posição em termos de utilização de área na agropecuária, com 57% dos estabelecimentos (1.192 unidades) ocupando 87.798 hectares com a atividade da pecuária (correspondentes a 79% da utilização total do município). Salinas é também o município com o maior valor de produção agropecuária (com destaque para a produção da cana de açúcar e do feijão), superando a cidade polo de Taiobeiras, que se posiciona em segundo lugar na geração de renda rural (Tabela 1).

Em 2006, foram registrados 18.136 estabelecimentos agropecuários no TARP, abrangendo área total de 716.868 hectares. Do total de estabelecimentos, 64,33% são micro e pequenas unidades de produção (com até 20 ha) que somaram apenas 9,41% da área de cultivo e criação de animais. Ao passo que meros 36% do total dos estabelecimentos (6.469 unidades) ocuparam área de 605.312 hectares, equivalentes a 84% da área total. Isto dá a dimensão da forte concentração fundiária prevalecente nos municípios do TARP. A fragmentação das unidades de produção contrasta com a centralização da posse e utilização das áreas de plantio e criação de animais (Tabela 2).

Além da concentração fundiária, os dados censitários não deixam dúvidas de que prevalece no TARP elevada concentração da renda agropecuária, tanto em termos espaciais quanto em função do tipo que agricultura praticada. Em se tratando de número de estabelecimentos e valor de produção, a maior convergência da agropecuária do TARP está nos municípios de Salinas, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras e São João do Paraíso, que respondem por mais de 50% do número de estabelecimentos e do valor de produção (Tabela 3). Embora a agricultura de base familiar do TARP represente 93% dos estabelecimentos agropecuários (16.932 unidades), ela é responsável por somente 63% do valor de produção gerado, enquanto 7% de unidades de base não familiar representam os outros 37% do valor de produção setorial. E a grande maioria dos municípios são inexpressivos na categoria da agricultura não familiar, na qual há predominância das atividades agropecuárias em sua forma mais empresarial. A alta concentração fundiária, a centralização da renda regional e o modo de produção mais capitalista restrito a poucos estabelecimentos agropecuários contribuem ainda mais para o aprofundamento dos desequilíbrios intermunicipais no Território.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos, área total e valor de produção dos estabelecimentos agropecuários por município e para o TARP no total das atividades econômicas - 2006

Municípios e TARP	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		Valor de Produção dos estabelecimentos agropecuários	
	Unidades	% do TARP	Hectares	% do TARP	R\$ mil	% do TARP
Berizal - MG	279	2%	32.243	4%	32.243	4%
Curral de Dentro - MG	360	2%	25.197	4%	25.197	4%
Fruta de Leite - MG	980	5%	23.775	3%	23.775	3%
Indaiabira - MG	1.224	7%	36.195	5%	36.195	5%
Montezuma - MG	1.060	6%	32.665	5%	32.665	5%
Ninheira - MG	760	4%	55.448	8%	55.448	8%
Novorizonte - MG	486	3%	21.284	3%	21.284	3%
Rio Pardo de Minas - MG	3.195	18%	75.336	11%	75.336	11%
Rubelita - MG	1.421	8%	75.224	10%	75.224	10%
Salinas - MG	2.092	12%	111.453	16%	111.453	16%
Santa Cruz de Salinas - MG	757	4%	25.609	4%	25.609	4%
Santo Antônio do Retiro - MG	763	4%	15.319	2%	15.319	2%
São João do Paraíso - MG	2.907	16%	72.834	10%	72.834	10%
Taiobeiras - MG	1.213	7%	90.085	13%	90.085	13%
Vargem Grande do Rio Pardo - MG	639	4%	24.201	3%	24.201	3%
TARP	18.136	100%	716.868	100%	716.869	100%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

TARP - Território Alto Rio Pardo - MG.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total para o TARP - 2006

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Total	18.136	716.868	100%	100%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	88	2	0%	0%
De 0,1 a menos de 0,2 ha	21	2	0%	0%
De 0,2 a menos de 0,5 ha	44	12	0%	0%
De 0,5 a menos de 1 ha	301	159	2%	0%
De 1 a menos de 2 ha	1.382	1.569	8%	0%
De 2 a menos de 3 ha	1.903	3.913	10%	1%
De 3 a menos de 4 ha	1.317	4.013	7%	1%
De 4 a menos de 5 ha	933	3.782	5%	1%
De 5 a menos de 10 ha	2.948	19.081	16%	3%
De 10 a menos de 20 ha	2.730	34.909	15%	5%
De 20 a menos de 50 ha	3.259	97.823	18%	14%
De 50 a menos de 100 ha	1.362	89.843	8%	13%
De 100 a menos de 200 ha	674	88.274	4%	12%
De 200 a menos de 500 ha	439	126.612	2%	18%
De 500 a menos de 1000 ha	130	83.146	1%	12%
De 1000 a menos de 2500 ha	53	64.403	0%	9%
De 2500 ha e mais	17	55.211	0%	8%
Produtor sem área	535	0	3%	0%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

TARP - Território Alto Rio Pardo - MG.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos e valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários, segundo a agricultura familiar e não familiar - FAO (1) - 2006

Município	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Mil Reais)	Valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Mil Reais)	Valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários (Mil Reais)
Berizal - MG	215	64	279	1.413	1.313	2.726
Curral de Dentro - MG	296	64	360	681	754	1.435
Fruta de Leite - MG	976	4	980	873	148	1.021
Indaiabira - MG	1.166	58	1.224	4.770	934	5.704
Montezuma - MG	1.037	23	1.060	2.676	2.956	5.632
Ninheira - MG	696	64	760	1.146	3.008	4.154
Novorizonte - MG	437	49	486	5.727	413	6.140
Rio Pardo de Minas - MG	3.023	172	3.195	8.229	4.894	13.123
Rubelita - MG	1.290	131	1.421	4.172	1.588	5.760
Salinas - MG	1.942	150	2.092	12.294	4.946	17.240
Santa Cruz de Salinas - MG	675	82	757	878	329	1.207
Santo Antônio do Retiro - MG	706	57	763	1.394	399	1.793
São João do Paraíso - MG	2.784	123	2.907	6.493	892	7.385
Taiobeiras - MG	1.077	136	1.213	4.498	8.086	12.584
Vargem Grande do Rio Pardo - MG	612	27	639	2.379	2.958	5.337
TARP	16.932	1.204	18.136	57.623	33.618	91.241

Nota: (1) Veja descrição das classificações em:

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultFAO.asp?z=p&o=2&i=P>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

TARP - Território Alto Rio Pardo - MG.

Os resultados também apontam uma estrutura fundiária altamente concentrada no TARP, com um percentual bem pequeno de grandes proprietários de terra com acesso a uma extensa área de utilização das atividades agropecuárias. E esta concentração fundiária ocorre para os diversos grupos de atividade econômica. Na pecuária e criação de outros animais, 59% dos estabelecimentos agropecuários possuem área total de 10 a menos de 20 ha, que respondem por apenas 8% da utilização da terra. Nas lavouras temporárias, em 2006, também predominavam as unidades produtivas consideradas de micro e pequeno portes (com menos de 20 ha), sendo que 70% delas respondiam por meros 18% das áreas utilizadas. O mesmo ocorre nas lavouras permanentes, dado que 81,85% dos estabelecimentos estavam classificados em estratos de área menor que 200 hectares. Mas este percentual de estabelecimentos detinha apenas 19,79% da área destinada às atividades agropecuárias no estado. As unidades econômicas consideradas de médio porte, entre 200 a menos de 1.000 hectares, corresponderam a 14,51% dos estabelecimentos, mas os produtores rurais deste porte ocupavam um total de 33,34% da área total. E, finalmente, as unidades de produção maiores que 1.000 hectares representaram meros 3,65% do total dos estabelecimentos, mas detinham a maior parcela da área total utilizada (46,87%), conforme Tabela 4.

Assim, pode-se dizer que o TARP é majoritariamente composto por um grande número de pequenos produtores agropecuários, na forma de proprietários e parceiros, mas é um grupo pequeno de grandes produtores que tem a posse e acesso às grandes áreas de cultivo e criação de animais.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de atividade econômica - 2006

Grupos de atividade econômica	TARP			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Em % do total	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Em % do total
Total	18.136	100%	716.868	100%
Lavoura temporária	6.970	38%	159.166	22%
Horticultura e floricultura	676	4%	11.883	2%
Lavoura permanente	806	4%	29.679	4%
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	2	0%	0	0%
Pecuária e criação de outros animais	8.960	49%	399.047	56%
Produção florestal - florestas plantadas	289	2%	64.955	9%
Produção florestal - florestas nativas	421	2%	44.707	6%
Pesca	10	0%	253	0%
Aquicultura	2	0%	0	0%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

TARP - Território do Alto Rio Pardo - MG.

É baixo o estado de tecnificação dos produtores rurais do TARP, haja vista que somente 372 estabelecimentos agropecuários possuíam tratores em 2006, dos quais 159 eram voltados para a agricultura familiar e 213 destinados para a agricultura não familiar. Este número significa que apenas 2% do total das propriedades rurais locais faziam uso desta importante ferramenta de trabalho no campo. Outros tipos de máquinas e implementos totalizaram 4.820 unidades existentes nos 15 municípios do Território. Os mais usados são os arados, que somam 1.315 unidades, seguidos das grades e/ou enxadas rotativas (767), ceifadeiras ou picadeiras de forragens (267) e roçadeiras (221). Além do baixo grau de tecnificação local, predomina uma centralização dos equipamentos agrícolas em poucos municípios: Salinas, Taiobeiras, Santo Antônio do Retiro, Rio Pardo de Minas e Montezuma representam 72% do total dos implementos e máquinas utilizados no Território. Portanto, o que se observa é a concentração do capital investido em tratores, máquinas e implementos em poucos municípios, nas propriedades rurais de maior porte e voltadas para a agricultura não familiar. Isso certamente impacta o nível de produtividade das atividades agropecuárias

e contribui para acentuar as disparidades de renda predominantes no TARP. Quanto às técnicas e práticas agropecuárias, os dados censitários (IBGE, 2009) indicam níveis insignificantes no uso de melhoramento de plantas e animais; de sementes selecionadas; de adubação (química, orgânica ou ambas) e de agrotóxicos. E isto é verificado tanto na agricultura de base familiar quanto na de formato não familiar.

3.2 - Caracterização da dinâmica populacional no período recente

O TARP apresenta como características demográficas mais marcantes a baixa concentração populacional, um índice de urbanização pouco expressivo, um elevado percentual de analfabetismo e pouca escolaridade da população adulta, além de insuficiente rendimento médio da população ocupada, especialmente a localizada na área rural. Conforme esclarece Cardoso (1996), o próprio desenvolvimento de uma estrutura econômica baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência resultou em um processo de povoamento diminuto e mais difuso, pois as atividades de produção animal demandavam grandes espaços territoriais e baixa utilização de mão de obra. Além disso, o processo de ocupação também sofreu forte influência do desbravamento dos bandeirantes paulistas e baianos que chegaram à região em busca de riquezas naturais e da posse das terras descobertas, ocasionando a formação de povoados que foram se destacando como entrepostos comerciais ou como locais de produção agropecuária para abastecimento das populações das minas, polarizando focos de desenvolvimento econômico pela região (OLIVEIRA, 2001).

A população do Território Alto Rio Pardo totaliza 192.165 habitantes, sendo que Salinas, Taiobeiras, Rio Pardo de Minas e São João do Paraíso são os municípios mais populosos, somando 121.513 habitantes (63% do total populacional do Território). Os outros 11 municípios componentes abrigam menos de 10 mil pessoas. Em termos de extensão geográfica, Rio Pardo de Minas é o município com maior área (3.117 km²), perfazendo 20% da área total do Território (16.447 km²). Os municípios de São João do Paraíso, Salinas, Taiobeiras, Montezuma, Rubelita, Ninheira e Indaiabira têm extensão territorial variando no intervalo entre 2.000 e 1.000 km². Estes 8 municípios somam 76% da área total do Território. Os demais são municípios menores, com áreas que se estendem no intervalo entre 800 a 300 km². O Território apresenta baixa densidade demográfica (11,9 hab/Km²), o que espelha a realidade dos municípios componentes. Apenas 4 municípios posicionam-se acima da densidade demográfica média do Território: Taiobeiras (25,9 hab/Km²); Salinas (20,8 hab/Km²); Novorizonte (18,3 hab/Km²) e Curral de Dentro (12,2 hab/Km²) [Tabela 5].

**Tabela 5 - Comparação entre os municípios do Território do Alto Rio Pardo - MG
População, área territorial e densidade demográfica**

Municípios	População - 2010 (habitantes)	Área da unidade territorial (Km ²)	Densidade demográfica (hab/Km ²)
Berizal	4.370	488,8	8,94
Curral de Dentro	6.913	568,3	12,17
Fruta de Leite	5.940	762,8	7,79
Indaiabira	7.330	1.004,1	7,30
Montezuma	7.464	1.130,4	6,60
Ninheira	9.815	1.108,2	8,86
Novorizonte	4.963	271,9	18,26
Rubelita	7.772	1.110,3	7,00
Rio Pardo de Minas	29.099	3.117,4	9,33
Salinas	39.178	1.887,6	20,75
Santa Cruz de Salinas	4.397	589,6	7,46
Santo Antônio do Retiro	6.955	796,3	8,73
São João do Paraíso	22.319	1.925,6	11,59
Taiobeiras	30.917	1.194,5	25,88
Vargem Grande do Rio Pardo	4.733	491,5	9,63
Total do Território Alto Rio Pardo	192.165	16.447,3	11,68

Fonte: IBGE, Banco de Dados SIDRA.

À margem da acumulação de capital e da dinâmica da industrialização, as forças produtivas locais acabaram por favorecer um processo de ocupação difusa e concentrada mais na área rural. O baixo grau de urbanização do Território (55%) contrasta com o do estado de Minas Gerais (85%) e até mesmo com o da região Norte de Minas (69%). Dez dentre os quinze municípios componentes do TARP apresentam a maior parte de sua população residente domiciliada na zona rural, de modo que o nível de urbanização é inferior a 50%. Apenas Curral de Dentro e Taiobeiras possuem taxas de urbanização próximas à média estadual, respectivamente, de 84% e 81%.

No quesito educação, a taxa de alfabetização da população de 10 anos ou mais de idade residente no Território é de 73%, um percentual bem aquém da verificada na região Norte de Minas (75,5%) e do estado de Minas Gerais (92,3%), com pequena desvantagem para o gênero feminino (76,8%). Ademais, quase 40% das pessoas de 25 anos ou mais de idade não possuíam nenhum nível educacional concluído, enquanto 27,5% possuíam o nível fundamental incompleto até a 3ª série e outros 21,5% possuíam o nível fundamental incompleto até a 7ª série.

Dada a baixa escolaridade e o nível de instrução da população do Território, o nível da renda local é insatisfatório. Cerca de 55% dos 192.165 residentes locais em domicílios particulares recebiam até 1 salário mínimo e 85% recebiam até 2 salários mínimos. Outro indicador da precariedade da renda é o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, que em 2000 ficou próximo de R\$302,00, quase 28% menor que o da região Norte de Minas e 58% abaixo do rendimento médio computado para a média estadual. Os municípios de Salinas, Taiobeiras e Novorizonte são os únicos que mantêm valores de rendimentos nominais acima da média do TARP. E cabe destacar que o rendimento médio da população rural é significativamente menor que o das pessoas residentes na área urbana, com valor nominal de R\$239,34 (Tabela 6).

Tabela 6 - Pessoas residentes em domicílios particulares por frequência à escola e classes de rendimento nominal médio mensal familiar per capita - 2000

Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Município	Classes de rendimento nominal médio mensal familiar per capita							
	Total	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Sem rendimento
Minas Gerais	17.785.109	4.663.738	4.692.037	3.924.372	1.377.624	1.131.410	1.218.792	777.136
Norte de Minas - MG	1.486.985	711.957	340.605	165.411	51.424	37.538	33.500	146.549
Berizal - MG	3.911	2.159	690	224	33	18	-	786
Curral de Dentro - MG	5.945	3.607	1.169	327	89	78	27	649
Fruta de Leite - MG	6.772	3.575	895	304	81	20	6	1.891
Indaíabira - MG	7.404	4.382	1.433	661	96	51	28	752
Montezuma - MG	6.559	3.298	1.041	532	193	48	59	1.386
Ninheira - MG	9.323	5.520	2.490	874	186	22	41	188
Novorizonte - MG	4.584	2.075	1.403	524	122	56	15	390
Rio Pardo de Minas - MG	27.133	18.145	4.619	1.857	488	187	300	1.536
Rubelita - MG	10.174	5.770	1.632	632	100	120	77	1.843
Salinas - MG	36.550	17.862	9.446	4.236	1.563	778	812	1.853
Santa Cruz de Salinas - MG	4.743	2.156	483	152	49	77	22	1.803
Santo Antônio do Retiro - MG	6.636	3.644	1.072	393	53	59	-	1.416
São João do Paraíso - MG	20.898	12.736	4.532	1.422	380	116	209	1.503
Taiobeiras - MG	27.155	13.481	6.795	2.965	768	657	475	2.014
Vargem Grande do Rio Pardo - MG	4.457	2.660	795	383	47	31	35	505
TARP	182.244	101.070	38.495	15.486	4.248	2.318	2.106	18.515

Nota:

1 - Dados da Amostra

2 - Exclui as pessoas cuja condição na família era: pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a).

3 - Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00.

4 - A categoria **Sem rendimento** inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

3.3 - Desempenho econômico recente

A estrutura produtiva dos municípios componentes do Território destaca-se pela convivência entre atividades agropecuárias, serviços de baixa complexidade e com demanda circunscrita à população local, além de produção industrial incipiente, concentrada principalmente nas atividades agroindustriais. A agricultura de subsistência e a predominância de algum tipo de cultura agrícola de pequena escala, sem geração de grandes excedentes, emergiu associada à pecuária extensiva, servindo para a complementação alimentar dos moradores da região e eventualmente para a intermediação comercial limitada à localidade.

A agropecuária local é predominantemente de base familiar, prevalecendo cinco principais cadeias produtivas: carvão vegetal, mandioca (direcionada para a produção de farinha e polvilho), cana de açúcar (voltada para a produção de aguardente e rapadura), leite e derivados e agroextrativista (frutas do cerrado). No território existem empreendimentos de formato mais empresarial, como o reflorestamento, cuja atuação provoca forte impacto na agricultura familiar. À exceção deste tipo de empreendimento, o modelo de produção do tipo agricultura familiar prevalece em relação a outros modelos de produção agropecuária.

Em 2009, o produto interno bruto (PIB) do Território Alto Rio Pardo ficou próximo de R\$952 milhões. Esta movimentação econômica representou quase 8% do PIB da mesorregião norte-mineira, mas tem pouca representatividade no contexto estadual (apenas 0,33%). Como a região tem perfil agrícola, a contribuição relativa ao valor adicionado agropecuário estadual é um pouco melhor, mas ainda assim ficou abaixo de 1% (Tabela 7). Os municípios de Salinas (25%), Taiobeiras (17%), Rio Pardo de Minas (16%) e São João do Paraíso (10%) representaram 68% da renda agregada do Território. Este percentual se mantém ao longo de todo o período de 1999 a 2009. Outra característica do Território é o baixo nível de renda per capita relativamente à média de Minas Gerais (R\$4.952,93 contra R\$14.647,65). O único município com renda per capita acima da média estadual foi Rio Pardo de Minas (R\$14.418,04). Acompanhando a composição relativa do valor adicionado bruto estadual e da mesorregião Norte de Minas, o setor de serviços é o maior responsável pela geração de renda no Território,

com participação de 71% na estrutura econômica local. As atividades agropecuárias representam 18% e a indústria 12%.

As atividades do setor primário (agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal) constituem importante base da economia do Território, com papel dinâmico na geração de emprego e renda para a população local. De acordo com dados do último Censo Demográfico disponível (IBGE, 2013b), quase 18 mil pessoas trabalharam no setor primário em 2010, o que representa 36,4% da população ocupada do TARP, com rendimento médio próximo de R\$2.500,00.

Em termos do valor de produção, os principais produtos da agroindústria rural produzidos no Território são: carvão vegetal, aguardente de cana, farinha de mandioca, goma ou tapioca e queijo e requeijão. Estes produtos, tradicionalmente considerados elementos definidores da identidade do TARP, são importantes para a geração de renda e ocupação dos produtores rurais e têm relação direta com o desenvolvimento econômico local. A agroindústria do Território gerou, em 2006, um valor de produção de R\$22 milhões em 4.573 unidades de produção (IBGE, 2009). Uma característica da agroindústria local é a baixa integração com o mercado, que prevalece para os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar. Entretanto, a receita industrial proveniente das unidades da agricultura não familiar é 2,14 vezes maior, sendo que os municípios de Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo são os únicos em que predomina a indústria rural não familiar. Sozinhos, estes municípios respondem por 76% da receita industrial rural não familiar no Território (Tabela 8).

**Tabela 7 - Comparação entre MG, o Norte de Minas - MG e o Território do Alto Rio Pardo - MG
Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB) e VAB por atividade econômica - 2009**

UF/ Mesorregião / Município	PIB		VAB		Valor adicionado bruto (VAB) a preços correntes		
	a preços correntes		Agropecuária	Indústria	Serviços	ADM	
	(Mil Reais)	(Mil Reais)	(Mil Reais)	(Mil Reais)	(Mil Reais)	(Mil Reais)	
Minas Gerais	287.054.748	252.340.215	22.715.843	75.826.235	153.798.137	35.801.978	
Norte de Minas - MG	11.943.407	10.961.680	1.665.036	2.427.999	6.868.645	2.698.975	
Território Alto do Rio Pardo	951.779	912.048	160.527	106.042	645.479	324.749	
Berizal - MG	17.728	17.179	2.000	2.276	12.903	8.011	
Curral de Dentro - MG	32.443	31.684	6.948	3.079	21.658	12.309	
Fruta de Leite - MG	28.000	27.367	4.727	5.110	17.530	11.069	
Indaiabira - MG	32.595	32.001	7.605	2.935	21.461	13.434	
Montezuma - MG	29.339	28.704	5.452	2.973	20.279	12.895	
Ninheira - MG	43.108	42.348	9.509	4.308	28.531	18.523	
Novorizonte - MG	20.143	19.037	1.722	2.734	14.582	8.837	
Rio Pardo de Minas - MG	150.917	147.838	47.875	12.202	87.760	47.820	
Rubelita - MG	32.560	31.944	7.123	3.007	21.813	13.218	
Salinas - MG	237.518	219.797	19.456	31.355	168.986	62.443	
Santa Cruz de Salinas - MG	22.362	21.788	3.450	2.585	15.753	9.975	
Santo Antônio do Retiro - MG	25.569	25.071	2.386	2.869	19.817	12.971	
São João do Paraíso - MG	97.729	93.730	16.225	11.367	66.138	36.087	
Taiobeiras - MG	160.162	152.558	21.121	17.198	114.238	48.605	
Vargem Grande do Rio Pardo - MG	21.606	21.002	4.928	2.044	14.030	8.552	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística e Secretarias Estaduais de Governo.

PIB = Produto Interno Bruto

ADM = Valor adicionado bruto a preços correntes da administração, saúde e educação públicas e seguridade social

Serviços = Valor Adicionado Bruto a preços correntes dos serviços, inclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Tabela 8 - Valores das receitas nos estabelecimentos agropecuários, segundo a agricultura familiar e não familiar - FAO - 2006

Território do Alto Rio Pardo	Grau de integração com o mercado	2006			
		Receita agropecuária indireta dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Reais)	Receita agropecuária indireta dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Reais)	Receita da indústria rural dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Reais)	Receita da indústria rural dos estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Reais)
TARP	Total	7.621.886	13.832.643	6.884.611	14.679.382
	Muito integrado	226.229	238.928	180.686	1.529.319
	Integrado	1.008.846	813.571	991.197	504.091
	Pouco integrado	6.335.255	9.572.144	5.678.969	9.277.472
	Não identificado	51.556	3.208.000	33.759	3.368.500
Em %	Total	100%	100%	100%	100%
	Muito integrado	3%	2%	3%	10%
	Integrado	13%	6%	14%	3%
	Pouco integrado	83%	69%	82%	63%
	Não identificado	1%	23%	0%	23%

Nota:

1 - Veja descrição das classificações em : <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultFAO.asp?z=p&o=2&i=P>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

TARP - Território do Alto Rio Pardo .

A ocupação do solo com a exploração agrícola é predominantemente de culturas temporárias (produtos alimentares), pecuária e atividades extrativas. Sobressaem as culturas de subsistência, principalmente feijão, milho, cana de açúcar, mandioca, café e arroz (em casca). Os 4 produtos principais (milho, feijão, mandioca e cana de açúcar) geraram um valor de produção de R\$73.649 para os municípios da região. As lavouras permanentes ocupam uma área consideravelmente menor no Território. Em 2011, foram 4.649 hectares de área colhida, sendo que o cultivo de café foi responsável por 74% desta área. Outras culturas permanentes de menor expressão são laranja, banana e manga, que juntas ocupam menos de 900 hectares. O cultivo do café apresenta uma trajetória ascendente, especialmente a partir de 1999, com taxas de crescimento expressivas em termos de área colhida, quantidade produzida e valor de produção.

A pecuária extensiva destaca-se como atividade produtiva desde os primeiros povoamentos da região, quando a criação de bovinos para tração, produção de carne e couro, além da criação de equinos, trazia vantagens para uma região pouco povoada, com carência de mão de obra mais especializada e pouco atrativa para o aporte de capital e de outros investimentos (BOTELHO, 1994).

No Território Alto Rio Pardo a atividade pecuária é diversificada, mas a produção apresenta-se modesta em relação ao desempenho da região Norte de Minas e do estado de Minas Gerais. Segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2013c), disponíveis para o total dos 15 municípios do Território somente a partir de 1997, os rebanhos com maior expressão na média dos últimos 15 anos (1997 a 2011) são suíno, muar e pecuária leiteira, com participações relativas na mesorregião Norte de Minas de 13%, 12% e 11%, respectivamente (Tabela 9). Entretanto, os rebanhos que apresentaram taxas de crescimento mais significativas no período foram ovinos (7,5%

a.a), vacas ordenhadas (3,7% a.a) e caprinos (3,1% a.a). Os municípios com produção pecuária mais expressiva são Salinas, Rubelita, Rio Pardo de Minas e Curral de Dentro.

Tabela 9 - Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanhos para Minas Gerais, o Norte de Minas, os municípios e para o total TARP
média de 1997 a 2011 (em cabeças)

MG, Norte de Minas, TARP e municípios	Bovino	Equino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Galos, frangos, frangos e pintos	Galinhas	Vacas ordenhadas
Minas Gerais	21.454.437	878.292	31.262	168.604	3.723.859	108.568	174.931	68.067.886	22.794.608	4.730.239
Norte de Minas - MG	2.589.202	168.185	9.024	27.388	267.473	32.558	27.370	2.200.963	2.333.069	337.491
TARP	165.105	12.438	898	3.411	34.113	2.412	1.817	284.957	159.799	567
Berizal - MG	6.595	304	17	47	565	185	104	4.854	1.809	2.121
Curral de Dentro - MG	9.489	741	142	668	606	55	454	2.898	1.866	1.147
Frua de Leite - MG	6.440	535	35	139	1.377	117	44	9.741	5.504	631
Indaiabira - MG	5.451	525	17	98	1.909	106	15	20.115	10.731	647
Montezuma - MG	5.016	583	16	73	1.532	64	62	15.828	5.093	1.277
Ninheira - MG	8.836	498	51	126	1.742	167	59	16.654	6.247	577
Novorizonte - MG	2.905	386	37	123	917	73	35	7.513	4.326	1.922
Rio Pardo de Minas - MG	8.813	1.301	61	294	4.259	285	122	54.069	44.857	4.301
Rubelita - MG	24.865	1.806	48	650	3.385	59	149	20.671	10.483	7.602
Salinas - MG	45.215	2.800	286	561	8.583	562	168	61.731	31.455	1.929
Santa Cruz de Salinas - MG	10.337	787	59	197	1.741	158	134	13.772	7.833	386
Santo Antônio do Retiro - MG	2.264	212	10	46	699	62	14	8.329	4.259	2.399
São João do Paraíso - MG	10.417	823	62	166	3.500	244	198	26.368	12.753	1.978
Taiobeiras - MG	15.856	810	42	152	1.986	176	208	9.507	5.743	392
Vargem Grande do Rio Pardo - MG	2.607	326	14	71	1.311	98	51	12.904	6.839	27.877

Nota:

1 - Efetivos dos rebanhos em 31/12.

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

TARP - Território Alto do Rio Pardo - MG.

Entre 2005 e 2012, o valor de produção da silvicultura no TARP, em termos nominais, cresceu a uma taxa média geométrica de 13% a.a., passando de aproximadamente R\$50 milhões para R\$132 milhões. O produto com maior destaque é o carvão vegetal, que responde por cerca de 96% do valor de produção da atividade. A lenha e a madeira em tora só são mais representativos nos municípios de Curral de Dentro, Salinas, Taiobeiras e São João do Paraíso.

3.4 – Proposição de ações para melhorar o desempenho agropecuário no TARP

Do exposto nas seções anteriores, apreende-se que a região do TARP é predominantemente uma economia de base agrossilvipastoril, com fraca vocação industrial e baixa coesão municipal em termos de troca e ações de políticas públicas. A estrutura produtiva dos municípios componentes destaca-se pela agricultura de subsistência e pela predominância de algumas poucas culturas agrícolas de pequena escala (milho, mandioca, feijão, cana de açúcar e café), sem geração de grandes excedentes produtivos. O predomínio é de uma agricultura pouco mecanizada, com baixo grau de utilização de insumos, práticas de manejo rudimentares e de fraco apelo comercial. Além da baixa oferta de produtos agropecuários, a demanda também é circunscrita à população local. A produção agroindustrial ainda é incipiente e com pouca integração com o mercado local, concentrada principalmente na cana de açúcar, mandioca e produtos derivados da carne e do leite. Em termos de valor da produção, os principais produtos da agroindústria local são o carvão vegetal, a mandioca e a cana de açúcar. A pecuária é extensiva e de baixa produtividade, praticada por agricultores familiares ou pequenos proprietários rurais, servindo para a complementação alimentar dos moradores da região e eventualmente para a intermediação comercial limitada à localidade.

O baixo nível de desenvolvimento rural alcançado pelo TARP está relacionado ao seu isolamento econômico e político que persiste até hoje e aos contornos históricos que determinaram a adoção de processos produtivos menos eficientes, além do nível de fracionamento da terra e à preeminência da agricultura de base familiar. A baixa integração intermunicipal e a falta de complementariedade da base produtiva dos municípios componentes também corroboram para o

subdesenvolvimento local. O resultado é a prevalência de um setor agropecuário com baixa incorporação técnica e de formato pouco empresarial, com pífia integração intersetorial com a indústria e o setor de serviços, o que concorre para um processo produtivo de baixa complexidade, baixo valor agregado e pouca geração de renda e emprego.

Existem diversos instrumentos de políticas públicas que afetam diretamente o desempenho do setor agropecuário, dentre eles o crédito rural orientado, a assistência técnica seletiva, seguro contra riscos, incentivos fiscais, dentre outros. Argumenta-se que uma alternativa plausível para mitigar os contrastes na distribuição do uso da terra é apoiar financeiramente, de maneira mais efetiva, a agricultura familiar e os produtores rurais de menor porte, que têm importante papel na produção agrícola para o atendimento do mercado interno e na geração de renda e emprego para a população rural (TEIXEIRA et al, 2011). Esta pode ser uma estratégia de desenvolvimento capaz de promover sistemas produtivos locais mais eficientes e de proporcionar uma maior igualdade econômico-social no TARP.

Dessa forma, as ações públicas precisam ser coerentes com as práticas agrícolas exercidas pelos produtores rurais locais, bem como as mudanças tecnológicas requeridas para melhoramento dos sistemas de produção necessitam ser previamente discutidas com esses produtores, para que as limitações diagnosticadas (tais como: o baixo acesso ao capital físico e ao financiamento da produção; o pouco uso de sistemas de irrigação e de sementes melhoradas; o baixo nível de produção excedente; a sazonalidade da venda de mão de obra da família em outras atividades não relacionadas à unidade produtiva, dentre outras) possam ser efetivamente sanadas.

Na última década, a importância da agricultura familiar está ressaltada nas muitas ações de políticas agrícolas voltadas para esse segmento produtivo, resultado de reivindicações de organizações de trabalhadores rurais de menor porte, sendo destaques o Programa de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; o Programa Mais Alimentos; o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA; a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS (do Sebrae); o Programa de Alimentação Escolar – PNAE; a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER; dentre outros. Tais programas abrangem diversas atividades associadas à agropecuária, desde a organização dos produtores e da produção agrícola, passando pelo beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas, até o turismo rural e o artesanato.

O volume de recursos investidos no TARP via Pronaf aumentou nos últimos anos, mas mesmo assim o acesso ao crédito ainda é muito baixo. Os valores de crédito rural direcionados a cooperativas são insignificantes, sendo a modalidade de financiamento bancário individual a mais comum. Do total de 18.136 unidades produtivas no TARP, apenas 3.422 estabelecimentos agropecuários fizeram o Pronaf, em 2006, o que representa meros 19% do total dos estabelecimentos e um valor de financiamento de R\$25,2 milhões (IBGE, 2009). Em 2012, o volume de recursos aplicados no TARP por meio do PRONAF aumentou para R\$29,3 milhões, somando 6.183 contratos individuais. Entretanto, dadas as muitas carências da agropecuária local, especialmente a de base familiar, o volume de crédito rural direcionado é muito baixo.

Outro ponto a ressaltar é que a assistência técnica prestada no Território Alto Rio Pardo é insuficiente para abranger todos os 15 municípios envolvidos. Há uma carência tanto de técnicos como de infraestrutura para realizar de forma eficiente os processos de assistência técnica e extensão rural na região. Pesquisas *in loco* apontam esforços para identificar os principais problemas e soluções envolvendo a atuação dos técnicos e dos agricultores.

A região ainda carece de condições infraestruturais, de mais projetos de investimentos privados e de mais intervenções governamentais que contribuam para a reprodução capitalista em bases modernas. É preciso um maior volume de crédito rural direcionado, incentivos públicos e projetos de investimento agroindustriais que objetivem desenvolver uma agropecuária local mais moderna, com práticas e técnicas que aumentem a produtividade no campo e sejam capazes de gerar excedentes de produção, proporcionado emprego e renda para servir de sustentáculo ao processo de desenvolvimento local.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste diagnóstico permitiu caracterizar as relações de produção e de comercialização no TARP, bem como identificar as atividades agropecuárias mais competitivas e seu potencial de mercado. Os resultados apontam um baixo nível de produtividade agrícola, mau aproveitamento das matérias-primas locais, precária absorção da mão de obra e pequeno excedente de produção integrado à indústria regional. Além disto, prevalece um alto grau de concentração de terras e de capital, desencadeando desigualdades internas e agravando outros problemas econômicos e sociais na região.

O sistema de produção e as práticas de manejo predominantes no Território são ineficientes, dado o baixo grau de utilização de insumos agropecuários, o uso ainda incipiente da irrigação, a baixa densidade técnica e a pouca capitalização dos produtores rurais. A pecuária local é de base extensiva e as culturas mais dinâmicas no TARP (cana de açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz e café) são predominantemente voltadas para o autoconsumo e os parcos excedentes de produção são direcionados aos mercados local e regional (mesorregião do Norte de Minas). Outro ponto a ser ressaltado é a necessidade premente de ampliação da política de crédito rural direcionada para os produtores de base familiar do Território, com vistas à modernização das práticas agrícolas, tecnificação da produção e agregação de valor aos produtos finais. Embora existam muitos programas de governo para atendimento deste público, os recursos efetivamente investidos no TARP são pífios considerando-se o atraso técnico das atividades agropecuárias locais e o baixo nível de desenvolvimento rural dos seus municípios componentes.

Referências bibliográficas

AMARAL, P. V.; LEMOS, M. B.; CHEIN, F. **Disparidades regionais em Minas Gerais: uma aplicação regional de métodos de análise multivariada.** Análise Econômica, Porto alegre, ano 28, n. 54, p. 313-344, set. 2010.

BOTELHO, T. R. **Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no séc. XIX.** Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, Junho de 1994.

CARDOSO, J. M. A. **A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996. UFPE, 58p.

DIAS, G. L. da S.; AMARAL, C.M. Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980-1998. In: BAUMANN, R. (Org.) et al. **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. cap. 6, p.223-253.

GASQUEZ, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos oitenta**. São Paulo: IPEA, 1990. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1990/td_0204.pdf. Acesso em: 11 de fevereiro 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**. IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

_____. **Produção Agrícola Municipal – 1995 - 2011**. IBGE, 2013a. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

_____. **Censo Demográfico de 2010**. IBGE, 2013b. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal - 1995 – 2012**. IBGE, 2013c. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) – **Relatório de Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Alto Rio Pardo**. Convênio n. 13/2005. Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT); Plural Consultoria, Pesquisa e Serviços. Brasília-DF: Novembro de 2006.

MONTEIRO, M. J. C. **Produtividade física das lavouras: um sucesso ignorado**. Revista Agroanalysis. Rio de Janeiro: maio/1997. p.17-19.

OLIVEIRA, E. R. de; RIBEIRO, E. M.; AUGUSTO, H. dos A. **Terra e desenvolvimento da agropecuária do Norte de Minas Gerais**, 1985/1996. In: Anais do IV Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes. Viçosa: UFV, 1999.

OLIVEIRA, E. R. de. **Trajетória econômica e social do Norte de Minas Gerais**. In: V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes das Universidades Federais de Minas Gerais, 2001, Ouro Preto - MG. Anais do V congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes das Universidades Federais de Minas Gerais, 2001.

TEIXEIRA, L. P.; BELCHIOR, E. B., SOUSA; T. C. R.; MOREIRA, J. M. M. A. P. Concentração nas atividades agropecuárias de Goiás entre 1996-2006: implicações para o desenvolvimento rural sustentável. **Campo – Território: Revista de Geografia Agrária**, v.6, p.134 -162, 2011.

VELOSO, G.A.; ROSA, R. **Mapeamento da monocultura do eucalipto na microrregião de Salinas, Norte de Minas Gerais, nos anos de 1986, 1996 e 2010**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: “Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”, de 15 a 19 de outubro de 2012.